

Por: Pedro M.P. Santos¹ / Patrícia Maridalho^{1*} / Luís Miguel Brito^{2**} / Isabel Mourão^{2***}

*patricia@vida.org.pt

**miguelbrito@esa.ipvc.pt

***isabelmourao@esa.ipvc.pt

HORTICULTURA NO NORTE DA GUINÉ-BISSAU: O PROJETO “KÓPOTI PA CUDJI NÔ FUTURO”

¹ Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano - ONG VIDA, Pátio do Pimenta, nº 25, 1200-034 Lisboa, Portugal

² Centro de Investigação de Montanha (CIMO), Escola Superior Agrária, Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Refóios, 4990-706 Ponte de Lima, Portugal

1. AGRICULTURA NO NORTE DA GUINÉ-BISSAU

A República da Guiné-Bissau é um pequeno país localizado na África Ocidental, com uma população de 1,6 milhões habitantes. Desde a sua independência este país tem sido alvo de instabilidade política, o que tem dificultado a adoção de políticas internas e o desenvolvimento de um Estado mais social e democrático. É considerado um Estado Frágil (FFP, 2016) extremamente vulnerável nas áreas social, económica e política. Esta fragilidade é extensiva à agricultura, não só devido à escassez de equipamentos e materiais agrícolas, mas também, por falta de investigação agrária, desenvolvimento tecnológico e apoio técnico aos agricultores que, assim, não possuem as condições necessárias para contribuir para a modernização e para a melhoria da produção agrícola local. Perante este cenário, e num país com mais de 70% da população dependente da agricultura (INE-GB, 2014), é fácil compreender a predominância de uma agricultura familiar tradicional, de subsistência.

As principais culturas agrícolas da Guiné-Bissau são o arroz, o caju e as culturas hortícolas. De acordo com a FAO (FAOSTAT), a produção anual de arroz era inferior a 50.000 t na década de 1960, aumentou acentuadamente durante as décadas de 1970 e 1980 para valores superiores a 100.000 t e ultrapassou 175.000 t no ano de 2011. A produção de caju era quase inexistente até 1980, aumentou para 25.000 t em 1991, e para aproximadamente 100.000 t em 2001 e 125.000 t em 2011. As culturas hortícolas não tinham expressão entre 1961 e 1981, mas aumentaram para 21.500 t em 1991 e para 33.700 t em 2011.

O cultivo de arroz na Guiné-Bissau é anterior à chegada dos primeiros povos europeus, em meados do séc. XV. Segundo relatos dos primeiros portugueses a explorarem a costa da África Ocidental, os povos locais já cultivavam arroz e já na altura esta cultura se assumia como de grande importância na alimentação da população local (Linares, 2002). As próprias características topográficas do país, marcado pelas suas vastas planícies e por uma zona costeira com cerca de 350 km reúnem as condições ideais para a instalação do arroz.

Produzida um pouco por todo o país, a cultura do arroz, realizada pelas mulheres (Figura 1), à exceção da lavoura e da gestão hidráulica dos campos, distingue-se em três sistemas de cultivo distintos: *pampam*, *bolanhas doces* e *bolanhas salgadas*. Em crioulo o

termo *pampam* designa o arroz de sequeiro cultivado em zonas de floresta desmatadas para o efeito, situando-se este tipo de cultivo nas zonas mais interiores do país. Quanto ao termo *bolanha* este refere-se ao cultivo de arroz em zonas de planície ou vale situadas junto à margem dos vários rios que cruzam o país e que ficam alagadas durante a estação das



Figura 1
Plantação de arroz

chuvas. No caso das *bolanhas salgadas* estas distinguem-se das *bolanhas doces* pelo facto de se localizarem em terrenos com solos de origem aluvionar-marinha onde predominam os solos halo-hidromórficos e os *polders* tropicais, em terrenos sujeitos à influência da água das marés e recuperados ao mar pelos agricultores (Temudo, 1999).

No sistema de cultivo de *bolanha doce* os solos caracterizam-se pela proximidade do mar e pela existência de depressões afetadas pelas marés ou com níveis freáticos superficiais e pela facilidade de mobilização do próprio solo (Teixeira, 1962). Os felupes aproveitaram estas condições para a cultura orizícola através do emparcelamento destes terrenos e da construção de pequenos diques em torno da sua delimitação para que deste modo possam aumentar a sua capacidade de retenção da água das chuvas. Dentro das parcelas o terreno é posteriormente armado em camalhões.

No caso dos solos hidromórficos e dos *polders* tropicais estes são aproveitados através do cultivo de *bolanhas salgadas*, sistema este muito mais exigente em mão-de-obra, mas também em conhecimento e sabedoria tradicional sobre hidráulica. Apesar do acréscimo substancial em esforço e em tempo a maioria dos agricultores diz preferir o cultivo de *bolanhas salgadas* ao de *bolanhas doces* afirmando que o arroz de água salgada, para além de ter uma maior produtividade é um arroz “mais pesado”. Enquanto que a suposta maior produtividade pode estar ligada à deposição de sedimentos que enriquecem o solo, como sugere Baldé (2014), o “peso” do arroz, intimamente ligado com a sensação de saciedade após a sua ingestão, poderá estar relacionado com o tipo de cultivares que são utilizadas neste tipo de *bolanhas* por o nível de concentração de salinidade existente no solo exigir cultivares mais rústicas e eventualmente melhor adaptadas localmente.

De forma resumida, neste tipo de cultivo é comum a construção de diques de cintura durante a estação seca que garantam a proteção da área de cultivo das marés e da entrada de água salgada. Na construção destes diques é utilizado lodo presente no próprio local que é acumulado de modo a que este fique com uma forma trapezoidal, variando a sua altura consoante a amplitude das marés (Teixeira, 1962). Após a construção do dique principal é cortada a vegetação que se encontra no seu interior e o terreno é dividido em parcelas pelos seus beneficiários através de diques secundários (Temudo, 1999).

Para que as parcelas de solo possam ser utilizadas para o cultivo de arroz é necessário

aguardar a passagem de uma ou mais estações da chuva, pois é durante esta estação que é possível proceder à dessalinização das parcelas através do descarregamento repetido das águas pluviais acumuladas dentro do dique. Para poder realizar estas descargas são instalados descarregadores tradicionais (Figura 2) nos diques de cintura formados por troncos de *cibe* (*Borassus aethiopum*) que são tapados com válvulas de palha tecida. Estes descarregadores acabam por ter a dupla função de permitir a saída do excesso de água pluvial acumulada no interior do arrozal e dificultar a entrada da água salgada da maré cheia (Teixeira, 1962).



Figura 2

Descarregador das águas pluviais acumuladas dentro do dique e que contribuem para a dessalinização das parcelas de arroz

Enquanto o arroz se estabeleceu como cultura prioritária e base da alimentação do povo guineense, o cajú tem vindo desde os anos 80 a afirmar-se como a principal cultura de rendimento no país. No caso da produção hortícola esta tem vindo a conhecer um aumento significativo nas últimas três décadas representando-se, atualmente, como uma prioridade a nível nacional em termos de desenvolvimento agrícola, de segurança alimentar e de fomento como atividade geradora de rendimento (Programa de Governo da IX Legislatura para 2014 a 2018).

No norte do país, a horticultura assume um papel de especial relevância, não só ao nível do rendimento dos agregados mas também em termos nutricionais e alimentares uma vez que a alimentação local se baseia quase exclusivamente no arroz cultivado e em algum peixe que é pescado nas aldeias mais próximas do mar. Sendo uma cultura praticada na sua

esmagadora maioria por mulheres esta assume-se como uma oportunidade de emancipação feminina, na medida em que por regra a mulher guineense é muitas das vezes excluída da gestão financeira do agregado. A produção de hortícolas por estas mulheres acaba por lhes conferir um estatuto e uma posição nas decisões familiares que dizem respeito ao agregado, merecendo especial destaque a maior tendência das mulheres na aplicação dos rendimentos obtidos em benefício do agregado (educação e alimentação dos filhos) quando comparado com os homens (World Bank, 2011).

A horticultura tem ainda um papel de especial relevância nos meses em que ocorrem maiores carências alimentares e nutricionais, garantindo aos agregados um suporte em termos nutricionais durante aqueles meses em que é mais difícil a obtenção de certos nutrientes necessários para garantir uma alimentação equilibrada, quando estes não são possíveis de encontrar nos frutos silvestres e fruteiras que apenas estão disponíveis durante a estação das chuvas.

2. A ONGD VIDA E O PROJETO “KÓPOTI PA CUDJI NÔ FUTURO”

Através do projeto “Kópoti pa cudji nô futuro” (em crioulo da Guiné-Bissau “Cultivar para colher no nosso futuro”) financiado pela União Europeia e Camões-Instituto da Cooperação e

da Língua (CICL), a ONGD VIDA está a implementar atividades de desenvolvimento rural em várias aldeias. Este projeto, partindo de uma metodologia participativa e inclusiva tem como um dos seus objetivos o delineamento, em conjunto com as agricultoras locais, de uma estratégia de produção e de comercialização de produtos hortícolas que vise reforçar as capacidades produtivas e comerciais destas mulheres, ao mesmo tempo que são fortalecidas as relações dentro e entre aldeias, através da criação de organismos associativos ou cooperativos e de mecanismos que assegurem um melhor relacionamento comercial e uma maior resiliência das famílias e comunidades.

A ONGD VIDA, a trabalhar na Guiné-Bissau há mais de 20 anos, identificou seis aldeias (Figura 3) na região Norte do país (Suzana, Bulol, Eossor, Djufunco Elalab e Edjin) nas quais as agricultoras se especializaram na produção de tomate, constituindo-se esta como uma cultura de rendimento da maior relevância, para garantir o sustento das famílias e a melhoria das suas condições de vida ao nível da educação e da saúde. As aldeias beneficiárias do projeto encontram-se numa zona onde predominam os regossolos psamíticos, os solos halo-hidromórficos e os *polders* tropicais (Teixeira, 1962). Os primeiros apresentam normalmente uma cobertura de palmares ou de savanas de *tambacumbas* (*Parinari macrophylla*). Quanto aos hidromórficos e aos *polders* estes caracterizam-se por uma cobertura essencialmente composta por vegetação halófila denominada geralmente por mangal e onde abundam as seguintes espécies: *Avicennia nitida*, *Rhizophora racemosa*, *Laguncularia racemosa*, *Conocarpus erectus*.



Figura 4
Técnico VIDA a realizar inquérito nas famílias

de 2013 e 2016. No ano de 2013 foi realizado um primeiro levantamento de necessidades ao nível da horticultura com grupos focais nas aldeias. No ano seguinte (2014) foram conduzidas entrevistas a grupos de mulheres horticultoras em cada uma das aldeias e algumas entrevistas individuais a estas mesmas mulheres de forma a aprofundar os dados já anteriormente recolhidos.

Entre finais de 2015 e início de 2016, no âmbito do presente projeto, foram conduzidos 59 inquéritos a agregados familiares selecionados aleatoriamente entre as seis aldeias abran-

ainda, a dinâmica social e comunitária existente e em transformação.

Todos os agregados familiares das seis aldeias referidas pertencem ao mesmo grupo étnico, os felupes. O agregado familiar possui, em média, 7,8 pessoas sendo 4,3 o número médio dos filhos. Quanto à escolaridade adulta (Figura 5), a taxa de alfabetização é muito baixa, aproximando-se dos 50% para o homem e sendo apenas de 10% para a mulher, o que demonstra um enorme desequilíbrio entre géneros em benefício do homem.

Ao nível dos rendimentos (auferidos através de receitas provenientes da venda de produtos ou outros), verifica-se que a totalidade das famílias identifica a venda de produtos agrícolas como a sua fonte de rendimento monetário. Apesar da maioria das famílias não depender exclusivamente de um único produto, a horticultura destaca-se claramente das restantes constituindo-se como uma das principais fontes de rendimento para 58% dos agregados familiares entrevistados (Figuras 6 e 7).

O arroz destaca-se como a única cultura que é comum para todos os agregados familiares, sendo que raras são as famílias entrevistadas que vendem algum do arroz produzido, a grande maioria das famílias produz exclusivamente para o consumo do agregado familiar (característica social na etnia felupe). De facto, o arroz assume-se como uma cultura de especial relevância em toda a Guiné-Bissau, sendo a base da alimentação no país, mas especialmente para os felupes, que atribuem ao arroz um

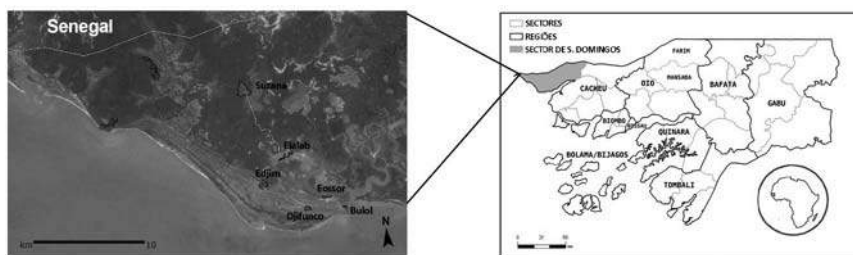


Figura 3
Localização das seis aldeias do projeto no mapa da Guiné-Bissau

Realizaram-se vários inquéritos junto das famílias das agricultoras (Figura 4) e de grupos focais (grupo de pessoas que é entrevistada em conjunto, em cada comunidade, com experiência ou interesse no tema a abordar) nas seis aldeias referidas anteriormente, entre os anos

gidas pelo projeto. Através dos inquéritos e das observações recolhidas pelos técnicos foi possível caracterizar os agregados familiares, descrever o sistema de produção agrícola/hortícola vigente nestas comunidades e as principais dificuldades encontradas pelas produtoras, e

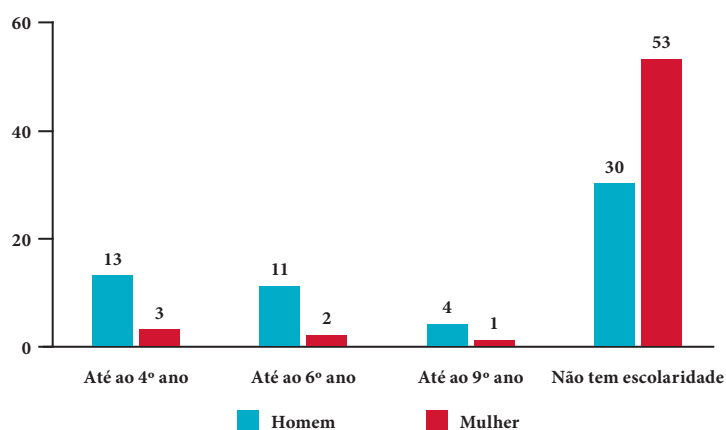


Figura 5
Escolaridade dos progenitores dos agregados familiares inquiridos

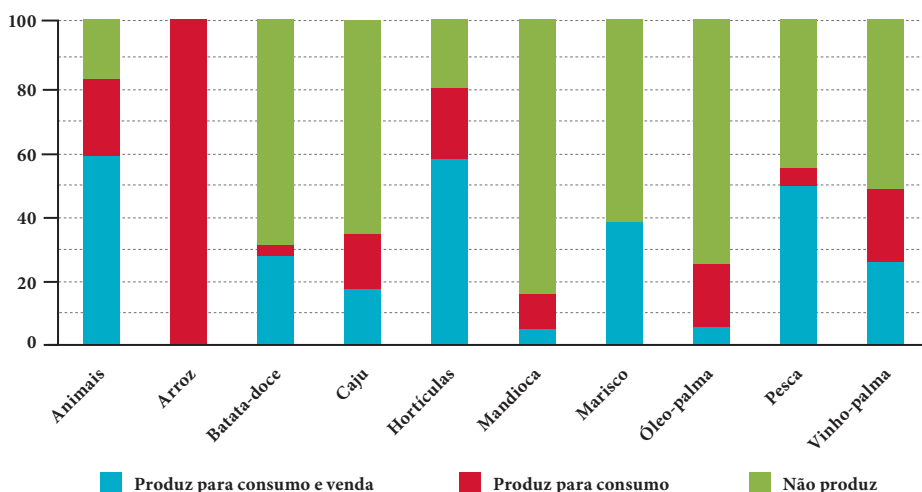


Figura 6
Percentagem dos agregados familiares que possuem animais e diferentes culturas vegetais, para venda ou exclusivamente autoconsumo



Figura 7
Jovem camponesa num campo hortícola

papel de símbolo de etnicidade e de tudo o que diz respeito à tradição felupe (Linares, 1970). A produção média de arroz, por agregado familiar inquirido, foi de 461 kg de arroz sem casca por colheita anual, sendo este maioritariamente para o consumo do agregado familiar.

Em termos de património (ou riqueza) do agregado verifica-se que a população é muito pobre (generalidade das famílias da região do projeto), vivendo a maioria (85%) em casas tradicionais com telhado de palha e sem acesso a latrina (76%) (Figura 8). Em contraste, todos os agregados entrevistados têm acesso a telemóveis, inclusive mais do que um por agregado (2,9 telemóveis em média por agregado), e o maior investimento após o telemóvel é feito em bicicletas e rádios, o que de certa forma é expressivo do isolamento das aldeias incluídas na amostra já que todos estes equipamentos permitem uma maior capacidade de comunicação (e deslocação no caso da bicicleta) com o exterior.

Em termos de acesso a informação agrícola os agregados familiares inquiridos têm muito pouco acesso a meios de comunicação, sendo o rádio o mais expressivo, mesmo assim, apenas para um quarto dos agregados familiares. Verificou-se, que o acesso a informação mesmo que informal é muito residual, não existindo qualquer tipo de extensão rural. No que respeita a formação agrícola apenas 11 famílias (19% das famílias entrevistadas) referiram ter participado, pelo menos por uma vez, numa formação em agricultura, mais concretamente em horticultura. Quando questionados sobre o tipo de formação e conhecimentos que gostariam de adquirir de forma a poder melhorar a sua produção agrícola os agricultores referiram principalmente a necessidade de formações ligadas à produção orizícola nomeadamente através de novas técnicas de cultivo de arroz (39%) e gestão hidráulica (44%) na ótica da construção e manutenção dos diques dos arrozais. Não obstante, foi interessante observar que a seguir ao arroz o tema identificado como mais relevante foi a horticultura (29% dos inquiridos) e a aprendizagem de novas técnicas ou culturas agrícolas (15%).

3. FORMAÇÃO NO ÂMBITO DO PROJETO “KÓPOTI PA CUDJI NÔ FUTURO”

O isolamento, que caracteriza estas comunidades, é determinante para o estado de pobreza em que vivem. A inexistência de acesso a informação agrícola, bem como as

vias de comunicação muito precárias e difíceis (muitas das deslocações são feitas em pequenas embarcações tradicionais) não permitem desenvolver um contacto frequente com o exterior e criar redes para compra de fatores de produção e venda de produtos agrícolas. Com estes pressupostos, o projeto “Kopoti pa cudji nô futuro” assentou numa forte estratégia social e associativa, aproveitando o facto de estas comunidades terem já uma dinâmica coletiva muito própria e bem definida na qual as mulheres formam grupos de trabalho para as mais variadas atividades agrícolas. Neste sentido, este projeto prestou especial atenção à horticultura, por esta ser uma atividade desenvolvida pelas mulheres, e o rendimento obtido ser gerido por elas, resultando numa melhor aplicação desse rendimento em benefício do agregado através de educação e alimentação quando comparado com o rendimento dos homens, como se refere num relatório do Banco Mundial (World Bank, 2012).

Este projeto pretende, também, contribuir para: (i) formação em técnicas de produção agrícola melhoradas; (ii) promoção do associativismo; (iii) reestruturação e delineamento da estratégia comercial das produtoras de tomate; (iv) capacitação de jovens agricultoras para acompanhamento da produção e escoamento dos produtos agrícolas; e (v) promoção da investigação e consultoria técnica junto das agricultoras (Figura 9) e partilha de resultados com instituições de pesquisa e outros atores.

A organização a nível associativo ou cooperativo permitirá minimizar custos de transporte e uma maior capacidade de investimento, como por exemplo a compra ou aluguer



Figura 9
Técnico da ONGD VIDA no acompanhamento técnico às camponesas

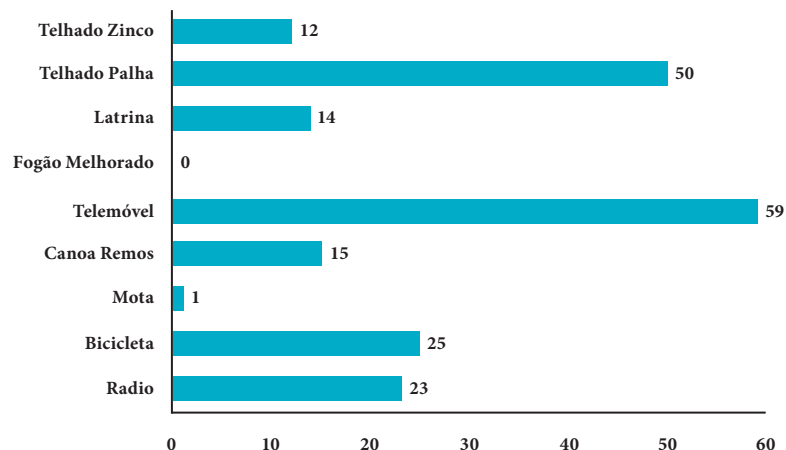


Figura 8
Bens do agregado familiar e principais indicadores de riqueza das 59 famílias inquiridas

de uma viatura – marítima ou terrestre – que possibilite o transporte dos produtos hortícolas para unidades de armazenamento e destas para os pontos de venda.

Outra oportunidade é a possibilidade de negociar o preço de venda do tomate e até de estabelecer um contrato com alguma empresa de transformação deste produto. Logo no primeiro ano de implementação do projeto existiu a possibilidade de assinalar dois momentos indicativos de que esta estratégia associativa é possível. Um primeiro momento foi a notícia de que as líderes das mulheres de cada aldeia beneficiária tinham marcado um encontro com o objetivo de fixar um preço de venda tomate na campanha agrícola de 2016 de modo a estarem concertadas entre aldeias e

venderem todas a um mesmo preço. O segundo foi a descoberta de que, após a entrega de sementes melhoradas e de materiais agrícolas nas várias aldeias, as agricultoras de cada aldeia se reuniram e decidiram que em vez de distribuírem estes artigos entre elas seria melhor reunirem esforços e criarem hortas comunitárias que contassem com a contribuição de todas as horticultoras da aldeia e que a receita proveniente da venda da colheita dessas hortas fosse posteriormente dividida entre elas.

Grandes desafios são esperados em 2017 com as formações direcionadas para a gestão associativa de bens comuns (Figura 10), como pequenos armazéns e transporte para escoar a produção.



Figura 10
Ação de formação das agricultoras



Figura 11
Campo de demonstração de Susana e ensaio de arroz

No âmbito do projeto, a ONGD VIDA estabeleceu, também, protocolos de formação técnica com o objetivo de contribuir para a investigação agrária e o apoio técnico aos agricultores. Com a colaboração de professores da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, instalou-se em Susana um campo de demonstração de horticultura e nas aldeias vários ensaios de arroz (Figura 11). Naquele campo realizam-se ensaios de rotação de culturas e de fertilização do solo, e praticam-se diversas operações culturais de sementeira e plantação de espécies hortícolas e plantas aromáticas. O campo inclui ainda uma zona para compostagem e sistema de rega e é também um campo de demonstração para as

mulheres agricultoras que produzem tomate.

Em acréscimo, realizaram-se cursos de formação para técnicos, principalmente do Instituto Nacional de Pesquisa Agrícola (INPA) e da Direcção Regional de Agricultura de Cacheu, sobre: (i) Horticultura; (ii) Fertilidade do solo e fertilização; e (iii) Delineamento experimental e análise estatística. No curso de horticultura (Figura 12) abordou-se a análise dos sistemas de produção (integrada e biológica); tecnologias de produção (seleção das cultivares e sementes, propagação das plantas e viveiros, sementeira e transplantação, rotação de culturas, práticas culturais, sistemas de rega localizada); identificação das principais pragas e doenças das culturas hortícolas e estratégias de con-

trolo; gestão das culturas (caderno de campo); tecnologias de pós-colheita e comercialização.

O curso sobre fertilidade do solo e fertilização visou capacitar os técnicos para: (i) avaliar a fertilidade físico-química do solo; (ii) avaliar as necessidades de correção mineral e orgânica do solo; (iii) avaliar as necessidades das culturas hortícolas em nutrientes e recomendar a sua fertilização; e (iv) recomendar técnicas de compostagem que aumentem a qualidade dos compostos.

O curso de Delineamento experimental e análise estatística (Figura 13) teve como objetivos a aquisição de conhecimento que permita aos técnicos (i) compreender a importância e os processos da investigação e as formas da co-

PUR



nutrirural

Tel. +351 933021636 - geral@nutrirural.pt - www.nutrirural.pt





Figura 12
Participantes no curso de Horticultura



Figura 13
Dois participantes do curso de estatística com o formador

municação científica; (ii) as regras do delineamento experimental e de condução de ensaios; e (iii) a análise e interpretação dos resultados experimentais. Os participantes possuíam formação em diferentes áreas de conhecimento, e apresentaram elevada habilitação para frequentar estes cursos avançados.

No futuro próximo espera-se que os resultados dos ensaios e do campo experimental, a formação avançada, e sobretudo o trabalho realizado em conjunto entre a ONGD VIDA

e as mulheres camponesas, resulte em benefícios apreciáveis para os respetivos agregados familiares, e assim se minimizem períodos de escassez de alimentos e de fome nestas e em outras aldeias da região de Cacheu. ■

AGRADECIMENTOS

Projeto “Kopoti pa cudji nô futuro”, implementado pela ONGD VIDA (www.vida.org.pt), financiado pela União Europeia e

Camões-Instituto da Cooperação e da Língua, com a parceria do Instituto Nacional de Pesquisa Agronómica da Guiné-Bissau, Direção Regional de Agricultura de Cacheu, Escola Agrária de Ponte de Lima (IPVC) e Novafrica (Nova School of Business & Economics).

À Fundação para a Ciência e a Tecnologia pelo Fundo de Reestruturação de UID promovido pelo Centro de Investigação de Montanha do Instituto Politécnico de Bragança com a participação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, 2014-2017. (Refª UID/AGR/UI0690).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Balde, B.S., Kobayashi, H., Nohmi, M., Ishida, A., Esham, M., Tolno, E. 2014. An analysis of Technical Efficiency of Mangrove Rice Production in the Guinean Coastal Area. *Journal of Agricultural Science*, 6: 179-196.
- FFP (The Fund for Peace) 2016. <http://fsi.fundforpeace.org/2016-guineabissau>
- INE-GB (Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau) 2014. *Estatísticas Básicas da Guiné-Bissau*, Bissau.
- Linares, O.F. 1970. *Agriculture and Diola Society*. McLoughlin, P.F.M. (ed.) African Food Production: Systems, Cases, Theories. Baltimore: Johns Hopkins Press, pp. 195-227.
- Teixeira, A. 1962. *Os solos da Guiné Portuguesa*. Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar. Lisboa.
- Temudo, M. 1999. *Inovação e mudança em sociedades rurais africanas. Gestão dos recursos naturais, saber local e instituições de desenvolvimento induzido*. Tese de doutoramento, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa.
- World Bank 2012. *World Development Report 2012: Gender Equality and Development*. Washington